



<< Voltar

Íntegra do Acórdão

Processo

0182300-94.2006.5.07.0002: Recurso Ordinário

Recorrente

CARLOS ALBERTO PEDRASSANI

Recorrido

PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.

Relator

ANTONIO MARQUES CAVALCANTE FILHO

Turma

PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento

11/01/2010

Data da Publicação

12/02/2010

Fonte

DEJT

Ementa

HORAS EXTRAS. INDEFERIMENTO, FACE ÀS PECULIARIDADES DA FUNÇÃO EXERCIDA. A coordenação de atividades desenvolvidas por equipe de serviços de manutenção de máquinas, realizada sem subordinação imediata nem controle de jornada e em deslocamento para atendimentos a clientes, inclusive viagens, caracterizando labor predominantemente externo, não enseja a percepção de horas extraordinárias.

Relatório

O Reclamante interpõe Recurso Ordinário em face da Sentença de fls. 905/909, por cujos termos a MM. 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza julgou parcialmente procedente a Reclamatória para, declarando totalmente prescrita a pretensão referente à redução salarial ocorrida no ano de 1995, condenar a Reclamada a lhe pagar, tão-somente, as férias do período aquisitivo 2003/2004, em dobro e com o respectivo terço, porque não gozadas integralmente na época própria. Mediante as razões recursais de

fls. 927/935, renova o pleito de diferenças salariais, alegando que, ao ser promovido para a função de Supervisor Técnico, em julho de 2005, teria recebido aumento salarial, contudo no mês subsequente sua remuneração fora reduzida injustificadamente. Assim, postula os diferenciais devidos pelo período imprescrito. Quanto às horas extraordinárias, afirma haver trabalhado em excesso de carga horária desde a transferência para a cidade de Fortaleza até a data da dispensa, ou seja, nos anos de 2001 a 2005. A extrapolação de jornada estaria comprovada nas planilhas de viagens e visitas a clientes e nas mensagens de correio eletrônico corporativo reproduzidas nos autos. Esses mesmos elementos de prova demonstrariam a prestação de serviços durante as férias e os finais de semana, daí a sua pugna pelo pagamento de tais verbas. Ressalta a existência de norma regulamentar interna que excluía da percepção de horas extras apenas os coordenadores, gerentes e diretores. Argumenta, ainda, que, no exercício do mister de Supervisor, não ostentava poderes de mando e gestão, reportando-se, sempre, a superiores hierárquicos nas cidades de Recife e São Paulo. Contra-razões às fls. 949/955.

Voto

I - ADMISSIBILIDADE Presentes os seus requisitos intrínsecos e extrínsecos, conheço do apelo. II - MÉRITO Não prospera o inconformismo obreiro. Das diferenças salariais Na petição recursal, o Reclamante se equivoca ao apontar como data de sua promoção ao cargo de Supervisor o mês de julho de 2005, quando, em verdade, sua ascensão funcional ocorrera ainda no ano de 1995, como ele próprio narrara na peça de exórdio e assim está inscrito em sua ficha de registro (v. fls. 03 e 612/v). Destarte, a pretensão de reparar a alegada redução remuneratória já se acha fulminada pela prescrição, dêis que a vertente Reclamatória somente foi ajuizada em agosto de 2006, onze anos mais tarde, portanto. Das horas extras No período de 2001 a 2005, a que se referem as horas suplementares postuladas, o Reclamante exerceu, oficialmente, o cargo de Supervisor Técnico, sendo a maior autoridade da empresa nesta capital, como se conclui a partir da leitura das inúmeras mensagens de correio eletrônico reproduzidas no caderno processual, estando subordinado, hierarquicamente, a Gerentes e Coordenadores lotados em Recife e São Paulo. No exercício de tal mister, acompanhava e dirigia as atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho, que atuava na manutenção preventiva e corretiva de caixas eletrônicos. Muitas vezes, se deslocava para atendimentos a clientes ou viagens ao interior do Estado. Não se sujeitava, portanto, a controle de jornada, realizando, freqüentemente, tarefas externas. Destaque-se, ademais, que apunha sua assinatura nas folhas de ponto dos demais empregados (fls. 530/544) e nas autorizações para o cumprimento de horas extras, tendo subscrito, também, diversas comunicações de aviso prévio, em nome da empresa (v. fls. 511/516). Vê-se, assim, que seus encargos se distinguem, claramente, dos atribuídos a qualquer outro empregado da mesma empresa no Estado do Ceará, sendo certo, ainda, que percebia remuneração equiparada aos demais supervisores de outros Estados, como ele próprio apontou na exordial. Nesse contexto fático,

relevante reproduzir-se, aqui, a textualidade do art. 62 da CLT: "Art. 62. Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados; II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial." Ora, examinadas as circunstâncias em que se desenvolvia a prestação de serviços pelo Reclamante, conclui-se haver sido ele verdadeiro chefe de filial da Reclamada no Estado do Ceará, por isso não fazendo jus ao pagamento de horas extraordinárias, como bem decidido em primeiro grau. De mais a mais, frise-se que a petição inicial sequer delimita a jornada laborada e o quantitativo de horas pleiteadas que resultou no montante ali indigitado, nenhuma demonstração fazendo do cálculo realizado. Acresça-se, ainda, que o simples registro da hora de envio de cada uma das mensagens eletrônicas, por vezes tarde da noite, não demonstra a extrapolação pretendida, porque nada comprova quanto ao início da jornada naquele dia. Mais eficazes não são as planilhas de viagens e visitas a clientes, porquanto preenchidas pelo próprio Promovente. Confirma-se, destarte, a denegação das horas extras. Quanto ao alegado trabalho nas férias, inexistente prova robusta, documental ou oral, de que tal tenha ocorrido com a frequência sustentada pelo obreiro, somente restando devidas as relativas ao período 2003/2004, já deferidas na Sentença, porque expressamente admitido pela Reclamada a interrupção daquele descanso anual. De igual carência probatória padece o pleito de pagamento por trabalho prestado em finais de semana, por isso merece, também, denegado.

Decisão

por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

<< Voltar